

RUY FABIANO

Ponto de Vista

De um teste para outro

Quando se viu que a Oposição não conseguia colocar mais do que 208 deputados em plenário, já na sessão da manhã, o Governo teve a certeza de que tinha ganho a parada. O deputado Marcelo Barbieri, do PMDB, chegou a fazer um apelo ao líder do Governo, Humberto Souto, para que transigisse em alguma coisa. A resposta de Souto foi a de quem sabe que está por cima: "E vocês, votam então o Emendão?".

Ao menos quatro fatores pesaram nessa vitória. O primeiro foi a ação do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Quando os oposicionistas souberam de sua chegada ao Congresso, chegaram a imaginar que o Governo aceitaria negociar alguma coisa. Mas a função do ministro era justamente a oposta. O coordenador político do Governo estava lá para ajudar a convencer parlamentares com veleidades de votar com a Oposição a pensar duas vezes. Foi assim que se evitou um razoável número de deserções.

O Governo contava ainda com dois importantes aliados. Prefeitos de todo o País — e de quase todos os partidos — pressionaram seus aliados no Congresso a se colarem a favor de diversos vetos presidenciais, em especial os ligados ao salário mínimo. Os prefeitos não queriam saber se o novo patamar chegaria a Cr\$ 96 mil, como alarmava Humberto Souto, ou se apenas subiria suavemente a partir de Cr\$ 46 mil, como dizia a Oposição. Simplesmente queriam evitar o novo ônus. E ponto final.

Além disso, funcionou um forte lobby empresarial. Desta vez nem era tanto a Fiesp ou mesmo as associações comerciais do Centro-Sul, hoje mais preocupadas em aplaudir a idéia do imposto único. Eram empresários do Sul, do Rio e principalmente do Norte e Nordeste, assustados com o novo nível do salário mínimo, com a reindexação e, principalmente, com a possibilidade de reposição de perdas passadas, tempestades que adviriam com a derrubada dos vetos. Não faltava quem previsse uma quebra de ladeira geral.

Em tudo isso houve, porém, uma questão decisiva. É a determinação para que seja secreto o voto nas sessões em que o Congresso examina os vetos presidenciais. A Oposição pode hoje contabilizar os seus ausentes, que aliás não foram poucos. Pode execrá-los, ameaçá-los, hostilizá-los de variadas formas. Mas nada pode fazer com os que compareceram, até ajudaram no quorum, votando no entanto contra a orientação dos seus líderes. É aquela velha frase do político mineiro, contada pelo senador Marco Maciel: "Voto secreto dá uma vontade danada de traír".

Mas entre mortos e feridos não se salvaram todos. A frase irônica do líder Humberto Souto sobre o Emendão traz em si o condão de lembrar que, se o Governo pode fazer muita coisa, precisa reunir a maioria para aprovar matérias novas de seu interesse. Quanto ao Emendão ou a outras emendas, que exigem quorum de três quintos de cada Casa, só por brincadeira. Quanto a outras matérias, a questão é para se pensar.

O Planalto depende hoje, até para equacionar a área externa, de reforma tributária. Parte substancial de sua própria bancada coloca-se antes com as propostas do Bloco da Economia Moderna, acolhidas inclusive por parte do PMDB, do que com o texto do Ministério da Economia. Mas o líder Ricardo Fiúza garante que, agora, tem como colocar em plenário os 252 deputados que aprovariam até projetos como esse. É um novo teste que se aproxima.

Interino